

CLIPPING

07 de Outubro de 2018
Liberal – Atualidades, 4

Altamira revisa política de educação inclusiva

O município de Altamira, no Pará, debateu, em audiência pública, a educação diferenciada e as medidas em curso para implementação de uma política educacional que fortaleça as comunidades tradicionais da região do médio Xingu. A data foi escolhida, entre os dias 2 e 4 deste mês, para celebrar o aniversário da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que completou 30 anos na última sexta-feira, 5. Convocada pelo pelo Ministério Público Federal (MPF), a programação foi realizada no Centro de Convenções de Altamira e reuniu representantes de comunidades tradicionais, que apresentaram suas demandas para órgãos governamentais e não governamentais, associações e instituições públicas e privadas que atuam na temática relacionada à educação para a diversidade.

Associações Extrativistas das Resex da Terra do Meio, comunidades ribeirinhas dos rios Xingu e Iriri e o Conselho Ribeirinho do Reservatório GT Pedral discutiram sobre a educação ribeirinha no médio e baixo Xingu. Também houve a participação dos representantes indígenas do Território Etnoeducacional

do Médio Xingu, que falaram sobre a implementação do território etnoeducacional e execução do Plano Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Já os alunos da Faculdade de **Etnodiversidade da UFPA, do Campus de Altamira**, levantaram dificuldades sobre o curso de Educação no campo e Etnodesenvolvimento.

Algumas populações ribeirinhas levaram até sete dias de viagem para chegar ao evento e narraram a inexistência de escolas em suas comunidades. De acordo com a procuradora da República em Altamira, Thais Santi, o primeiro diagnóstico foi que o debate de educação diferenciada está em um contexto onde o Estado sequer chegou com políticas públicas. "Escolas foram fechadas e as condições são precárias. Queremos discutir essa educação diferenciada, mas sequer temos ainda a garantia do direito básico. Existem grupos muito distantes. A peculiaridade da região impõe um olhar cauteloso", comentou. "Discutimos o curso de magistério para eles, mas considerando essas peculiaridades".

Entre os compromissos, o município afirmou que vai rever o fechamento de cerca de oito escolas nas regiões de isolamento. Também será revisto o atraso dos professores, já que as aulas que deveriam começar no início do último mês de agosto, começaram no final de setembro. "Se os professores fossem das comunidades, uma série de situações seriam mais fáceis, como a questão do atraso. Há o compromisso para que isso não se repita ano que vem", garantiu a procuradora. "Também tem a questão da merenda, que é industrializada. A ideia é viabilizar junto ao MEC o lanche de acordo com o hábito alimentar deles". Além disso, Estado e municípios terão que apresentar uma proposta para o ensino fundamental maior e para o ensino médio.